



Resposta à Impugnação ao Edital nº 90.008/2025

Processo Licitatório nº 23.400/2024, referente ao Edital do Pregão Presencial nº 90.008/2025, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o fornecimento de Material de Limpeza, para atender as necessidades de toda a Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano.

I. PRELIMINARMENTE

Em atendimento ao pedido de impugnação apresentado pela empresa SILP CATANDUVA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA-EPP, CNPJ 24.533.613/0001-52, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.008/2025, Processo Administrativo nº 23.400/2024, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o fornecimento de Material de Limpeza, para atender as necessidades de toda a Rede Municipal de Saúde, vimos apresentar nossa análise e decisão.

II. DA TEMPESTIVIDADE

Considerando que a impugnação foi protocolada em 07/03/2025, e a abertura do certame estava prevista para 13/03/2025, a mesma foi apresentada dentro do prazo legal de 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a realização da sessão pública do pregão, conforme estabelecido na legislação vigente, sendo, portanto, tempestiva.

III. DO MÉRITO

A. Quanto à ausência de exigência de Licença Sanitária Municipal ou Estadual e Autorização de Funcionamento da ANVISA

A impugnação alega a ausência de exigência de Licença Sanitária Municipal ou Estadual e da Autorização de Funcionamento AE (ANVISA) para os distribuidores e fabricantes de saneantes, conforme estabelecido pela Lei nº 6.360/1976 e RDC 16/2014.





Subsecretaria de Gestão Administrativa

Em resposta, esclarecemos que o processo de aquisição segue o princípio da competitividade estabelecido no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, respeitando as regulamentações sanitárias aplicáveis. Com base nos normativos vigentes e na jurisprudência consolidada, especialmente o Acórdão nº 2000/2016-Plenário do TCU, a RDC nº 16/2014 da ANVISA, a decisão do TRF-4 (AC: 5012673-62.2021.4.04.7100) e a Nota Técnica nº 23/2014/DIMON/ANVISA, estabelecemos que:

1. A Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA será exigida apenas das empresas que realizam atividades de fabricação, importação, distribuição, armazenamento, fracionamento, transporte, embalagem e reembalagem de produtos saneantes, conforme estabelecido na RDC nº 16/2014 e reafirmado pelo TCU no Acórdão nº 2000/2016-Plenário.
2. Para **empresas que atuam exclusivamente como comerciantes varejistas**, sem realizar as atividades acima mencionadas, **não será exigida a apresentação da AFE**, sendo suficiente a Licença Sanitária Municipal ou Estadual, conforme estabelecido na decisão do TRF-4 e na Nota Técnica nº 23/2014/DIMON/ANVISA.
3. A Licença Sanitária Municipal ou Estadual permanece como requisito obrigatório para todos os estabelecimentos que comercializam produtos sujeitos à vigilância sanitária, independentemente da natureza da operação.
4. Para os itens que não se classificam como produtos saneantes (baldes, lixeiras, vassouras e outros materiais de limpeza que não passam por controle sanitário): não será exigida nem a AFE nem a Licença Sanitária.

Portanto, a Administração modificará o edital para especificar claramente estas exigências, preservando a competitividade enquanto garante a conformidade regulatória.

B. Quanto aos laudos bacteriológicos para o item 18 (desinfetante multiuso)

A impugnação requer a apresentação de laudos bacteriológicos em conformidade com a RDC nº 774/2023 para o item 18 (desinfetante multiuso).





Subsecretaria de Gestão Administrativa

Em resposta, reconhecemos a validade deste ponto. A RDC nº 774/2023 estabelece regulamentos técnicos para produtos saneantes com ação antimicrobiana, incluindo os desinfetantes com ação bactericida.

Após análise detalhada da legislação sanitária aplicável, a Administração modificará o edital para incluir a exigência de que os licitantes do item 18 (desinfetante multiuso) apresentem:

1. Comprovação de registro do produto na ANVISA, conforme exigido pela RDC 774/2023 para produtos saneantes com ação antimicrobiana.

Esta exigência é suficiente para garantir a eficácia do desinfetante e proteger a saúde dos usuários, em conformidade com o Art. 18, §2º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o processo de registro na ANVISA já contempla a avaliação dos laudos técnicos necessários, incluindo testes bacteriológicos.

A solicitação de laudos bacteriológicos adicionais seria redundante, pois estes já são avaliados pela ANVISA durante o processo de registro do produto, além de potencialmente restringir desnecessariamente a competitividade da licitação.

C. Quanto ao reajuste dos valores referenciais dos produtos solicitados

A impugnação solicita o reajuste dos valores referenciais dos produtos solicitados, com base na Lei nº 14.133/2021.

Em resposta, esclarecemos que:

1. Os preços de referência foram estabelecidos por meio de uma pesquisa de mercado abrangente, seguindo a metodologia prescrita no Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e suas disposições regulamentares.
2. A composição de preços considerou várias fontes, incluindo contratos firmados por outros órgãos públicos, cotações de mercado e plataformas eletrônicas de compras, garantindo que os preços reflitam as condições atuais de mercado.
3. A Administração é obrigada por lei a buscar a proposta mais vantajosa, o que inclui garantir que os preços de referência não sejam superestimados.





Subsecretaria de Gestão Administrativa

4. A impugnação não apresentou evidências específicas demonstrando que os preços de referência estão abaixo dos padrões de mercado, nem forneceu cotações alternativas de preços para fundamentar sua alegação.

Portanto, na ausência de evidências concretas que demonstrem inadequação nos preços de referência, a Administração mantém os valores estabelecidos, que foram determinados por meio de pesquisa de mercado adequada e em conformidade com as regulamentações aplicáveis.

IV. DA CONCLUSÃO

Com base na análise apresentada acima, a Administração:

1. ACEITA PARCIALMENTE a impugnação quanto à exigência de Licença Sanitária Municipal ou Estadual e Autorização de Funcionamento AE (ANVISA), com modificações a serem implementadas no edital, esclarecendo sua aplicabilidade conforme o tipo de produto e atividade da empresa.
2. ACEITA PARCIALMENTE a impugnação quanto aos laudos bacteriológicos para o item 18 (desinfetante multiuso), com modificações a serem implementadas no edital para requerer apenas a comprovação de registro do produto na ANVISA, sendo este suficiente para garantir a eficácia do produto.
3. REJEITA a impugnação quanto ao reajuste dos valores referenciais, mantendo os preços estabelecidos por meio de pesquisa de mercado adequada.

O edital será alterado de acordo, e uma nova data para a sessão de licitação será agendada e publicada pelos mesmos canais do edital original, em conformidade com os prazos legais estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

Atenciosamente,

Jonathan Pinheiro Chaves
Subsecretário de Gestão Administrativa
Matrícula 206.870

